

## **Governo cria "direito ao desafio" para incentivar inovação na AP**

Foi hoje publicado o Decreto-Lei nº 126/2019 que cria e autoriza, no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação na Gestão Pública (SIIGeP), a implementação dos primeiros projetos experimentais com recurso ao “direito ao desafio”.

O “direito ao desafio” é uma inovação no nosso ordenamento jurídico - e mesmo no contexto de outros sistemas legais - que permite suspender determinadas disposições legais durante um certo período de tempo e para um conjunto limitado de serviços públicos, substituindo-as transitoriamente por outras regras. Pretende-se assim experimentar novos modos de funcionamento propostos pelos próprios serviços.

### **Novas soluções para a gestão dos serviços públicos**

Inserindo-se no pilar da experimentação previsto no SIIGeP, o “direito ao desafio” permite testar, em ambiente real, soluções inovadoras na gestão dos serviços públicos. Caso estas soluções se mostrem válidas promove-se a melhoria da eficiência e da eficácia da gestão pública prevendo-se a sua futura aplicação em todos os organismos através da aprovação de um adequado instrumento normativo geral.

A aplicação dos regimes experimentais será devidamente monitorizada e avaliada nos termos e prazos previstos para cada projeto.

Os projetos experimentais agora aprovados versam sobre o desenvolvimento e modernização de modelos e instrumentos de gestão.

### **Projetos Experimentais já apresentados**

Um primeiro grupo de projetos abrange sete entidades de diversas áreas governativas que se propõem testar um novo formato dos instrumentos de gestão, promovendo a sua modernização, simplificação, flexibilização, coerência e redução da carga administrativa associada. As entidades envolvidas são: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, Direção-Geral da



Política de Justiça, Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P., Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I.P., Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional e Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

O segundo projeto, na área da Saúde, e sob proposta da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (ARSN), visa testar um modelo de maior autonomia gestonária nos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACeS) que, sem alteração da natureza jurídica e enquadramento organizacional destes, permita dotar as duas entidades parceiras do projeto (ACeS Porto Oriental e ACeS Póvoa de Varzim/Vila do Conde) de maior responsabilidade nos domínios estratégico, funcional e organizacional, mantendo a ARSN as suas responsabilidades nos domínios do planeamento, coordenação estratégica, serviços partilhados e promoção da inovação.

No domínio do exercício do direito ao desafio, foram já apresentados pelos serviços outros projetos que estão a ser analisados pelo Governo.

### **Sistema de Incentivos abrange todas as áreas do Governo**

O SIIGeP foi aprovado em Junho de 2018 (<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=incentivos-a-inovacao-na-gestao-da-administracao-publica>) contemplando três pilares de incentivos: capacitação, experimentação e reconhecimento.

Ao longo de um ano, o Siigep envolveu mais de 150 entidades em praticamente todas as áreas de Governo, tendo já permitido a atribuição de prémios de inovação, cuja cerimónia de entrega decorreu a 19 de julho e onde foram distinguidos 3 projetos em 45 candidatos (<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=inovar-e-necessario-para-que-a-administracao-publica-continue-a-servir-o-pais-com-qualidade-e-sustentabilidade>), a apresentação de 36 projetos experimentais de inovação



(<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=projetos-experimentais-de-inovacao-na-administracao-publica-recebem-certificados>), o envolvimento de 615 participantes em ações de capacitação em inovação e de 1358 participantes na promoção e dinamização das atividades do SIIGeP. Um trabalho com resultados, assinalado no mês da inovação na Administração Pública, com um conjunto de iniciativas realizadas ao longo de todo o mês de julho (<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=mes-da-inovacao-na-administracao-publica-teve-mais-de-mil-participantes>).

Lisboa, 29 de agosto de 2019

Mónica Paredes

Miguel Pinto

Assessoria de Imprensa

Gabinete do Ministro das Finanças

Av. Infante D. Henrique, 1

1149-009 Lisboa, PORTUGAL

TEL + 351 21 881 68 61 / + 351 21 881 69 37

FAX + 351 21 881 68 19

[www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt)